



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA LAÍS FRANÇA MOURA

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO NO CENTRO EDUCACIONAL EDIVARDO TOSCANO –
GUARABIRA/PB**

**GUARABIRA
2017**

MARIA LAÍS FRANÇA MOURA

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO NO CENTRO EDUCACIONAL EDIVARDO TOSCANO –
GUARABIRA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Curso de Licenciatura Plena
em Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para
obtenção de grau de licenciada em
Pedagogia.

Área de concentração: Educação Especial e
Inclusiva

Orientadora: Esp. Aline de Fátima da Silva
Araújo

GUARABIRA
2017

M835i Moura, Maria Laís França
A inclusão do aluno na sala de atendimento educacional
especializado no Centro Educacional Edivardo Toscano -
Guarabira/PB [manuscrito] / Maria Lais Franca Moura. - 2017.
28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Aline de Fátima da Silva Araújo, Departamento
de Educação".

1. Surdez. 2. Inclusão Educacional. 3. Processo de
Aprendizagem. 4. Educação Especial. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

MARIA LAÍS FRANÇA MOURA

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO NO CENTRO EDUCACIONAL EDIVARDO TOSCANO –
GUARABIRA/PB**

Aprovada em: 31/07/2017.

BANCA EXAMINADORA

Aline de Fátima da S. Araújo
Prof. Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo (UEPB)
(Orientador)

Débora Regina Fernandes Benício
Prof. Ms. Débora Regina Fernandes Benício (UEPB)
(Examinador)

Verônica Pessoa da Silva
Prof. Dr. Veronica Pessoa da Silva (UEPB)
(Examinadora)

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me ajudado no decorrer desses anos, a enfrentar e superar os obstáculos que existiram para que eu não chegasse ao fim do curso e por ter me proporcionado chegar até aqui.

À minha professora e orientadora Aline Araújo pela contribuição, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela dedicação e paciência.

Aos meus pais, Josivaldo Moura de Souza e Elenilda França Moura pela dedicação, apoio e incentivo durante essa grande etapa significativa em minha vida.

Ao meu namorado, Robério Paulino, que me incentivou bastante durante todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa, obrigada pela compreensão.

A todos os professores do Curso que contribuíram e são os maiores responsáveis, ao longo desses anos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa e de todo conhecimento adquirido que contribuiu para a minha formação.

Às colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio, em especial, a Marília, Uglaneide e Fernanda Barbosa, pela força e incentivo nas atividades em grupo e, também, pelo vínculo afetivo que criamos fora da universidade.

Aos amigos que carregam há anos fora da universidade, que me apoiaram e também incentivaram ajudando no que fosse necessário, em especial à Leyson e Mayanne: muito obrigada.

A todos que me apoiaram direta ou indiretamente, meus sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. METODOLOGIA.....	9
3. O SURDO E A HISTÓRIA.....	10
3.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SURDO NO MUNDO.....	11
3.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SURDO NO BRASIL.....	13
4. LEGISLAÇÃO VIGENTE	15
5. A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	17
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	20
7. CONCLUSÃO.....	23
8. REFERÊNCIAS.....	24
ANEXOS.....	26

A Inclusão do aluno surdo na sala de Atendimento Educacional Especializado no Centro Educacional Edivardo Toscano – Guarabira/PB

Maria Laís França Moura*

RESUMO:

O presente trabalho tem como foco principal investigar como ocorre o processo da inclusão do aluno surdo na sala de Atendimento Educacional Especializado no âmbito escolar, em conformidade com a política nacional da Educação Inclusiva que evidencia as diferenças e a diversidade na educação. Este campo de estudo está pautado nas discussões sobre inclusão escolar, o trabalho feito com o aluno surdo na sala de Atendimento Educacional Especializado e a formação dos profissionais que atuam com o mesmo. Para tanto, nos pautamos na abordagem qualitativa de pesquisa, cujo estudo se estrutura por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de campo oportunizando estudos que envolvem a inclusão escolar do aluno surdo, trazendo a seguinte base teórica: HONORA; FRIZANCO (2009), STROBEL (2009), DAMÁZIO (2007) e além dos documentos oficiais sobre inclusão e outros que discutem essa temática. Os resultados obtidos pela investigação mostraram que a escola enfrenta um de seus maiores desafios educacionais, mas que vem tentando superá-los gradativamente, contribuindo assim para a inclusão do aluno surdo não só no âmbito educacional, mas também na sociedade.

Palavras-chave: Surdez, Inclusão, Processo de Aprendizagem, Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado.

* Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba- Campus III, Guarabira- PB. Email: laimouragba@hotmail.com

The inclusion of the deaf student in the Specialized Educational Assistance room at the Edivardo Toscano Educational Center - Guarabira / PB

ABSTRACT

This work has as main focus to investigate as the process of inclusion of the student deaf in the Educational Expertise in schools, in accordance with the national policy of inclusive education that highlights the differences and diversity in education. This field of study is based on the discussions on school inclusion, the work done with the student deaf in the ESA and the training of professionals who work with the same. For both, in pautamos in the qualitative approach of research, whose study is structured through bibliographic research, documentary and field allowing studies involving the school inclusion of deaf students, bringing the following theoretical basis: HONORA (2009), STROBEL (2009), DAMÁZIO (2007) and in addition to the official documents about inclusion and others that discuss this topic. The results obtained by the investigation showed that the school is facing one of its greatest educational challenges, but that has been trying to overcome them gradually, thus contributing to the inclusion of deaf students not only in the context of education, but also in society.

Keywords: Deafness, Inclusion, the learning process, Special Education, Educational Specialist.

1. INTRODUÇÃO

A educação é de fundamental importância para a sociedade, ela transforma, forma e propicia o desenvolvimento humano. Muito se pensa e discute a respeito da qualidade educacional, porém são muitos os entraves que permeiam essa situação e, um deles, é a inclusão escolar, que tem sido foco dessa discussão nos dias atuais. A educação escolar inclusiva abrange questões alusivas não somente à preconceitos existentes, como também dificuldades enfrentadas pelas pessoas com algum tipo de deficiência e, principalmente, as possibilidades de uma educação de qualidade voltada a essas pessoas.

A escolha deste tema em estudo se deu a partir de diversas discussões vivenciadas em sala de aula sobre Educação Especial, instigando assim a pesquisa realizada, baseada também em documentos oficiais e autores relacionados ao tema em questão. A referida pesquisa visa a efetivação da educação do aluno com surdez na escola e sua inclusão, especificamente na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com contribuições importantes em seu processo de aprendizagem.

Desse modo, avaliando o processo histórico pelo qual a pessoa com surdez vem passando na sociedade, há de se considerar vários entraves, não somente na escola como também e, principalmente, na sociedade, o surdo vem enfrentando e tentando superá-los. Podemos citar, como exemplo, um dos pressupostos que SKILIAR (1997 apud SLOMSKI 2012) apresenta quando se refere à educação oralista para surdos, “a aprendizagem da língua oral constitui em si a mesma via de acesso e a integração das crianças surdas ao mundo dos ouvintes”.

Dentro da temática atual, o presente estudo foi desenvolvido a partir da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico que segundo Gil (2007), traz como principal característica as investigações sobre o tema em estudo e suas ideologias. Também foi utilizada a pesquisa documental que segundo Fonseca (2002, p.32) “A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias [...]”. Como também utilizamos a pesquisa de campo por meio da aplicação de um questionário com o profissional para adentrarmos na realidade ali existente.

Para concretização das ideias apresentadas neste artigo foi utilizada a seguinte base teórica: HONORA; FRIZANCO (2009), STROBEL (2009), DAMÁZIO (2007) e documentos oficiais sobre inclusão e outros que abordam a discussão desta temática, como a Lei nº

10.436/2002, como também o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Declaração de Salamanca e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nessa direção, HONORA; FRIZANCO (2009) e STROBEL (2009) mostram o contexto histórico da educação do surdo no Brasil e no mundo, fazendo um aparato da situação na sociedade e na escola. A esse respeito DAMÁZIO (2007) detalha sobre o Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos, suas características e desenvolvimento.

Esta investigação abordará a história da educação do surdo, tratando da trajetória do surdo, no Brasil e no mundo; a relação da inclusão dos surdos e a escola, e nos mostrará a diversidade e a inclusão inserida dentro desse campo e, por fim, problematiza o surdo na sala do AEE que aborda leis e formação de profissionais que atuam neste ambiente.

2. METODOLOGIA

A metodologia é o caminho por onde passa o pesquisador para poder atingir seus objetivos diante de sua investigação, a partir do qual serão esclarecidos os detalhes de realização da mesma, abordando onde, quem e como foi feito e analisado seu estudo. Por isso, “A metodologia tem como função mostrar a você como andar no ‘caminho das pedras’ da pesquisa, ajudá-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo” (SILVA; MENEZES, 2005).

Nesse estudo foi utilizada a pesquisa qualitativa, classificando um estudo de caso sobre a temática em questão, com aplicação de um questionário para levantamento de dados. O campo de pesquisa foi o Centro Educacional Edivardo Toscano situado na cidade de Guarabira-PB, no qual percebemos a importância da comunidade escolar na vida do aluno surdo, as contribuições e os desafios *existentes*, como também a efetivação da inclusão no processo de aprendizagem.

Sobre o estudo de caso, Gil (1999) nos esclarece que:

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados (p.73).

No que se refere aos procedimentos metodológicos desta pesquisa foram abordadas discussões e reflexões sobre o tema em questão, foram feitos estudos oficiais relacionados à educação inclusiva e especial, como também coleta de dados com a aplicação de um questionário, que por sua vez foi o ponto chave desta pesquisa.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário destinado à coordenadora da escola, com perguntas objetivas de acordo com as intenções propostas pela pesquisa. Os dados coletados foram estudados e apresentados nesta pesquisa.

Este estudo traz como base teórica HONORA; FRIZANCO (2009), STROBEL (2009), DAMÁSIO (2007) e documentos oficiais sobre inclusão e outros que discutem essa temática e mostram diante de suas teorias a importância da comunidade escolar na vida do surdo, desde formação às políticas públicas e entre outros aspectos.

Diante dessa base teórica, o presente estudo investiga a importância da comunidade escolar na vida do aluno surdo, enfatizando a sala de Atendimento Educacional Especializado,

oportunizando uma contextualização histórica sobre a educação do surdo, sua formação profissional e a problematização do aluno surdo na sala do AEE.

3. O SURDO E A HISTÓRIA

A partir da pesquisa realizada em consulta a diferentes autores que abordam a História da Educação dos Surdos, foi possível notar as várias mudanças ao longo do tempo, sejam elas na vida, na comunidade ou, nas salas de aulas. Durante os cinco períodos que marcam o tempo cronológico da humanidade, a Pré-história, a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea, observamos versões históricas a respeito dos surdos – relatos oficiais registrados em artigos, livros, teses e dissertações.

Os surdos, durante muito tempo, lutaram para conseguir não só o direito à educação bem como o reconhecimento de sua própria identidade e cultura. Durante todo esse processo de conquista do espaço identitário e cultural, foram travadas inúmeras batalhas pela sociedade. Sobre o processo de formação identitária, Santos (2011) argumenta que:

A análise do processo de formação das identidades também favorece a compreensão da inversão epistemológica vivenciada pelos surdos, quando da superação da demarcação da diferença como política de identidade, em que a surdez é vista como negativa castradora da razão, limitadora da comunicação e comprometedora da socialização, até a perspectiva da diferença como princípio de alteridade, em que os essencialismos são desestabilizados, e as diferenças são assumidas como características de uma identidade cultura. (p. 58).

Não sabemos em termos gerais dizer ao certo desde quando existem surdos, isso considerando o quadro histórico ao qual este tópico se limita, porém é fácil imaginarmos que há muito tempo eles existem. Como forma de comunicação, fez-se necessário uma alternativa para que pessoas com surdez venham a se relacionar. A Língua de Sinais, ou “gestual”, como era conhecida pelas sociedades passadas, nasce a partir da dificuldade em comunicar-se com os surdos. Este tipo de língua expressa ideias, sentimentos, emoções etc. Ao analisarmos os antecedentes da história dos surdos, não só no que tange a Educação, mas também a vida social, veremos que até o direito a vida lhes foi tirado.

A seguir abordaremos um pouco da trajetória do surdo no mundo. Observaremos a contextualização da educação do mesmo na história. Para tanto, recorreremos a aparato histórico com as principais características e informações desse processo com base em autores que investigaram e estudaram sobre a temática.

3.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SURDO NO MUNDO

São perceptíveis as divergências no processo histórico dos surdos. Para os egípcios, na Idade Antiga, os surdos eram respeitados e vistos como deuses, mediadores entre os deuses e os faraós. A população acreditava que os surdos transmitiam mensagens secretas dos deuses ao Faraó e o mesmo as transmitia ao povo. Neste momento percebe-se que os surdos detinham uma situação privilegiada já que eram temidos e respeitados pela sociedade. Essa situação não se aplicava a todos os povos. Berthier (1984 apud STROBEL, 2009) nos mostra que:

Para Egito e Pérsia, os surdos eram considerados como criaturas privilegiadas, enviados dos deuses, porque acreditavam que eles comunicavam em segredo com os deuses. Havia um forte sentimento humanitário e respeito, protegiam e tributavam aos surdos a adoração, no entanto, os surdos tinham vida inativa e não eram educados -500 a.C. (p. 18).

Ainda na Idade Antiga e, mais objetivamente, falando em antiguidade clássica, muitos dos surdos foram sacrificados de maneira cruel e penosa, sofreram as mais variadas formas de preconceito que se possa destacar. Para o filósofo Aristóteles, em 355 a.C. os surdos eram seres incapazes de raciocinar, a respeito disto nos fala Berthier (1984, p.165 apud STROBEL 2009, p.18-19):

O filósofo Aristóteles (384 – 322 a.C.) acreditava que quando não se falavam, consequentemente não possuíam linguagem e tampouco pensamento, dizia que: “... de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento..., portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão”, ele achava absurdo a intenção de ensinar o surdo a falar.

Nesta época os surdos foram vistos como incompetentes ao ponto de serem privados do casamento, de possuir propriedades, receber heranças, sendo marginalizados. Na maioria das vezes eram submetidos a serviços tais como de “bobos da corte” entre outros. Já em 360 a.C o filósofo Sócrates passa a considerar que era lógico e aceitável que os surdos se comunicassem naturalmente utilizando as mãos, a cabeça e outras partes do corpo por estarem privados da audição.

Em sociedades tais como a espartana, que prezava o nascimento de crianças “saudáveis”, o destino da pessoa surda era reservado a partir do seu nascimento. As mesmas

atrocidades geradas em crianças com deformidades eram aplicadas aos surdos. Vejamos o que diz Berthier (1984, p. 165 apud STROBEL, 2009, p. 16) sobre isto:

Inicia a história na antigüidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: A infeliz criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar.

Logo após a queda do Império Romano surge, então, o declínio das cidades e da vida urbana, a Europa adentrava na Idade Média. Este período é marcado pelo feudalismo e o monarquismo, não deixando de lado o crescimento e domínio da religião católica. A Igreja Católica durante séculos esteve ligada a educação dos surdos. Durante a Idade Média a situação dos surdos não foi diferente da antiguidade clássica, uma vez que se acreditava que a alma dos surdos não era imortal já que não conseguiam dizer os sacramentos e até a chegada do século XI, estavam impedidos de casar. Para a Igreja, aqueles que tinham filhos surdos estavam pagando por seus pecados. De acordo com os conceitos religiosos da época, os mesmos ficavam a mercê da “vontade Divina”.

Só a partir do fim da Idade Média, os conceitos foram sendo modificados, pois a Igreja Católica teve grande contribuição diante dos mesmos, pois visava interesses próprios como nos mostra Honora; Frizanco (2009):

A Igreja Católica tinha grande influência na vida de toda sociedade da época, mas não podia prescindir dos que detinham o poder econômico. Portanto, passou a se preocupar em instruir os surdos nobres para que o círculo não fosse rompido. Possuindo uma língua, eles poderiam participar dos ritos, dizer os sacramentos e, conseqüentemente manter suas almas imortais. Além disso, não perderiam suas posições e poderiam continuar ajudando a Santa Madre Igreja. (p.19)

Mas até então, não se dava tratamento digno à pessoa surda. Para muitos “os surdos eram sujeitos estranhos e objetos de curiosidades da sociedade” (STROBEL, 2009. p. 19). A partir deste momento surgem vários estudiosos, médicos, intelectuais que tentaram de várias maneiras convergentes, ensinarem os surdos. Os métodos utilizados para tais ações seguiam por caminhos diferentes, uma vez que alguns defendiam o oralismo, modalidade de ensino que defende o aprendizado apenas na língua portuguesa da forma oral e escrita na escola, outros utilizavam gestos, e outros dedicavam tempo e recursos ao método da escrita. Ainda assim, a Idade Antiga e a Idade Média foram marcadas como sendo tempos difíceis aos surdos.

Com a chegada da Idade Moderna, por volta do Século XVI, o interesse em torno da educação dos surdos aumentou consideravelmente. Na França, no ano de 1760, Charles Michel de L'Épée fundou a primeira escola pública para surdos. L'Épée dedicou seus estudos a vida e educação dos surdos, tornando-se assim o “Pai dos Surdos” e defendendo incansavelmente a língua de sinais. O mesmo utilizando em seu trabalho os sinais já conhecidos pelos surdos “e também inventou outros, que denominava de sinais metódicos, usados para o desenvolvimento da linguagem escrita” (ROCHA, 2007, p. 18 *Apud* Olizaroski, 2013 p. 7).

Os métodos utilizados por L'Épée influenciaram vários educadores por todo o mundo, surgindo então novas escolas, favorecendo a propagação da língua de sinais e fazendo com que a história dos surdos evoluísse e ganhasse credibilidade. Mas, mesmo com a evolução de bons resultados por L'Épée, ainda assim existiram outros métodos pelo mundo que não priorizavam a língua de sinais, tais como o do Alemão Samuel Heinicke, no ano de 1778 em Leipzig. O objetivo de seu ensino consistia no desenvolver da fala, embora o mesmo utilizasse os sinais e o alfabeto digital.

Como vimos, o surdo teve avanços e retrocessos em toda sua vida, houve momentos marcantes conforme a história apresenta. Veremos a seguir a trajetória do surdo no Brasil, onde podemos observar um pouco mais da temática em estudo e entender como se deu o processo da educação do surdo no Brasil.

3.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SURDO NO BRASIL.

A história da educação dos surdos no Brasil também foi marcada por lutas e vitórias. Para abordarmos estas questões analisaremos um ano marcante, o ano de 1855, quando o professor francês surdo H Ernest Huet veio ao Brasil a pedido de D. Pedro II para fundar a primeira escola para surdos, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje conhecido por Instituto Nacional de Educação para surdos (INES). Honora; Frizanco (2009, p. 27) nos fala:

Huet apresentou documentos importantes para educar os surdos, mas ainda não havia escolas especiais. Solicitou, então ao imperador Dom Pedro II, um prédio para fundar, em 26 de setembro de 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES.

O professor francês surdo H Ernest Huet, ao apresentar um relatório em língua francesa a D. Pedro II, propõe a criação de um instituto para os surdos. A sua solicitação foi atendida

através da Lei nº 939 de 26 de setembro de 1857. Segundo Olizaroski (2013), essa lei fixava a despesa e orçava a receita do Império para o exercício de 1858/1859. Adepto a língua de sinais, tal como L'Épée, Huet utilizava em suas aulas o método combinado. A partir deste momento os surdos puderam utilizar sua própria língua, vindo a ser chamada de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Com o desenvolvimento de uma língua para surdos, todas as pessoas surdas poderiam comunicar-se e expressar-se entre eles. Esta mesma língua era utilizada no meio acadêmico, ministrada naquela época apenas em escolas especializadas.

Houveram muitos avanços, os surdos estavam utilizando sua língua, apropriando de sua própria identidade, até que ocorreu a Conferência de Milão de 1880. “Em 6 até 11 de setembro de 1880, houve um congresso internacional de educadores surdos em cidade de Milão na Itália. Neste congresso, foi feita uma votação proibindo oficialmente a língua dos sinais na educação de surdos”, evidencia Strobel (2009, p.33).

A Conferência de Milão tinha como objetivo primário, extinguir a língua de sinais. A Idade Contemporânea é então marcada por uma grande perda na educação dos surdos uma vez que a organização e patrocínio ficaram a cargo de vários especialistas Ouvintistas, esses eram pessoas encarregadas de representar aos surdos por meio de referenciais ouvintes, todos eram defensores diretos do oralismo, que segundo Slomski (2010, p. 32) “O Oralismo é uma filosofia educacional para surdos, cujo discurso propõe a superação da surdez e a aceitação social do surdo por meio da oralização”.

A tese defendida pelos oralistas neste Congresso, dizia que só através da fala o indivíduo surdo poderia desenvolver uma perfeita integração social. Os únicos países que foram contra a proibição ao acesso da língua de sinais na educação dos surdos, eram os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Na referida conferência havia escritores surdos, artistas surdos, professores surdos e outros sujeitos surdos bem-sucedidos. Mas, segundo Strobel (2009), “suas ‘vozes’ não foram ouvidas e excluídas de seu direito de votar”. A partir de então, a decisão tomada neste Congresso afetou a educação dos surdos por todo o mundo. A língua de sinais foi proibida para comunicação e ensino dos surdos obrigando a todos a fazerem o uso da linguagem oral.

De acordo com Skliar (1997, p. 109 apud OLIZAROSKI, 2013, p.8), a história da educação dos surdos é marcada por dois períodos, vejamos:

Um período prévio, que vai desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XIX, quando eram comuns as experiências educativas por intermédio da Língua de Sinais, e outro posterior, que vai de 1880, até nossos dias, de predomínio absoluto de uma única “equação” segundo a qual a educação de surdos se reduz à língua oral.

O Congresso de Milão acarretou uma perda imensurável para a educação dos surdos. Durante décadas nunca houve uma definição que possamos chamar de concreta, que pudesse chegar aos surdos de forma objetiva e eficaz. A história nos mostra períodos marcados por sofrimentos e consequências da opressão e falta de conhecimento por parte dos ouvintes. Tempos de experiências educacionais divergentes em vários aspectos, ora vindo à tona o uso da gestualidade (língua gestual), outras vezes através da imposição do oralismo.

4. LEGISLAÇÃO VIGENTE

No Brasil, em meados da Década de 1990 houve uma iniciativa política de Educação para todos, com uma proposta inclusiva tomando por base a Declaração de Salamanca de 1994, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994. O propósito desse evento foi a elaboração de diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais visando atender ao movimento de inclusão social e educacional, sendo assim, o Brasil com sua iniciativa política baseou-se nos segmentos desse documento para promover nas escolas o movimento de inclusão social.

A Declaração de Salamanca foi adotada na maioria dos países e serviu como base para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), onde apoia e inclui critérios para a inclusão do aluno especial na escola regular, a referida Declaração observou a situação linguística dos surdos e defendeu as escolas e classes para eles.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96 define a Educação Especial como uma modalidade, abrangendo todos os portadores de necessidades especiais:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996)

A LDB 9.394/96 evidencia a Educação Especial, os serviços especializados para alunos da educação especial, o atendimento em classes, escolas ou salas especializadas, também assegura aos educandos currículo, recursos educativos voltados para suas necessidades especiais, formação de professores adequada, além de outros parâmetros. Nos esclarece o Art.59, da LDB 9.394/96:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 1996)

Como forma de compensação aos danos causados a pessoa surda, a Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, garante, entre outras providências, o bilinguismo, LIBRAS/Língua Portuguesa, para que a tão almejada educação de qualidade aconteça sem prejuízos a pessoa surda. Segundo Quadros (1997):

O bilingüismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. Skliar et al. (1995) defendem que o reconhecimento dos surdos enquanto pessoas surdas e da sua comunidade lingüística assegura o reconhecimento das línguas de sinais dentro de um conceito mais geral de bilingüismo (p. 27).

Em vista dos reflexos do período de luta do povo surdo tiveram grande impacto em suas vidas, tanto no âmbito social como no educacional. A legislação vigente permitiu o avanço da educação dos surdos de forma contínua, sendo imprescindível, e é partir dela que o surdo tem seus direitos assegurados, a garantia de uma educação de qualidade, acessibilidade, inclusão social e educacional com um enfoque pedagógico satisfatório, combatendo assim a discriminação e criando possibilidades de superação diante de sua condição humana, também de forma compensatória por sua luta histórica.

5. A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Ao falarmos em inclusão escolar, estamos falando de um movimento que promove à todos os alunos da escola o seu sucesso educacional independente de suas condições, dificuldades ou deficiência, visando a igualdade, a democracia e os direitos humanos. A inclusão escolar está diretamente ligada à construção de uma sociedade democrática, onde estão destacados valores voltados para a formação pessoal, como o respeito dentro do contexto da diversidade humana. Sobre a escola inclusiva, a Declaração de Salamanca (1994) nos mostra:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (p. 5).

O aluno surdo está diretamente ligado a estes princípios e é necessário que o mesmo frequente a escola regularmente e esteja incluído em todas as atividades desenvolvidas na mesma e pela mesma, só assim poderá haver uma inclusão efetiva e um bom desenvolvimento na vida educacional do surdo. Sobre a inclusão do aluno surdo na escola, Damázio (2007, p.10) nos explica:

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

A escola inclusiva é uma modalidade desafiadora na educação, mas bastante significativa, pois propõe a adequação da mesma às dificuldades do seu alunado, tendo como uma de suas propostas a sala de Atendimento Educacional Especializado, AEE.

O AEE é uma proposta educacional que em contraposto ao horário da sala regular tem o objetivo de complementar a formação do aluno com necessidade especial, visando a autonomia e independência do mesmo, desenvolvendo suas potencialidades através de um atendimento educacional diferenciado. O trabalho pedagógico desenvolvido pelo AEE com o

aluno surdo deve ser elaborado dentro de um ambiente que utilize tanto a Língua Portuguesa quanto a Língua de Sinais, onde proporcione o conhecimento e a aquisição das mesmas.

No espaço didático em que se desenvolve o AEE é necessário que haja professores qualificados e com formação adequada, materiais e recursos apropriados para cada especificidade dos alunos e que assim possa colaborar em seu processo de aprendizado. Para o aluno surdo, é indispensável que o professor tenha o domínio da Língua de Sinais, e que por meio desta haja comunicação e interlocução em sala.

De acordo com Damázio (2007), o Atendimento Educacional especializado em Libras faz ligação com os conteúdos desenvolvidos em sala comum, vejamos:

O Atendimento Educacional Especializado em Libras fornece a base conceitual dessa língua e do conteúdo curricular estudado na sala de aula comum, o que favorece ao aluno com surdez a compreensão desse conteúdo. Nesse atendimento há explicações das idéias essenciais dos conteúdos estudados em sala de aula comum. Os professores utilizam imagens visuais e quando o conceito é muito abstrato recorrem a outros recursos, como o teatro, por exemplo. Os recursos didáticos utilizados na sala de aula comum para a compreensão dos conteúdos curriculares são também utilizados no Atendimento Educacional Especializado em Libras. (DAMÁZIO, 2007, p 29).

Para o planejamento do atendimento para com a pessoa surda, é necessário que o professor especializado recorra a outros profissionais, como o professor da turma comum e o da Língua Portuguesa, para que haja uma colaboração de ambos para a sistematização deste trabalho, podendo assim explorar conteúdos curriculares de forma que facilite a aquisição dos mesmos, tendo como parte iniciativa a realização de um diagnóstico feito pelo mesmo como sondagem e levantamento prévio dos conhecimentos que o aluno possui, principalmente da Língua de Sinais.

E como processo avaliativo, o professor do AEE pode realizar avaliações contínuas, de acordo com o desenvolvimento de seu aluno surdo, registrando sua evolução, relacionando a Libras aos conteúdos estudados. Sobre este processo avaliativo, vejamos o que nos fala Lavres (2013):

A avaliação para as aprendizagens dos alunos com NEE [necessidades educacionais especiais] tem de ser um processo que avalia determinado saber fazer, realizado em sintonia e com respeito aos alunos com NEE em contexto e que seja significativo para estes. Mais do que um processo ameaçador para o aluno ou para a instituição/organização, a avaliação pode ser o aspecto mais vital do meio escolar, podendo desta forma, constituir-se como um mecanismo para a inclusão do aluno, através da adaptação ou da modificação dos procedimentos de avaliação os quais precisam ser acessíveis aos alunos com diferentes NEE. (p. 42).

Assim, percebemos a importância da inclusão escolar na vida educacional do aluno com algum tipo de necessidade especial, principalmente para a pessoa surda. A sala de AEE se torna uma proposta educativa inclusiva que em retaguarda à sala comum contribui para o aprendizado do aluno surdo, rompendo barreiras que venham a comprometer todo seu processo de inclusão e desenvolvimento da sua aprendizagem. O atendimento educacional especializado se torna um meio de beneficiar a participação do aluno surdo na escola, como também um ambiente educacional desafiador, no qual estimula e explora a capacidade de seu aluno.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de campo que foi realizada para nortear este estudo se deu por meio de um questionário aplicado no Centro Educacional Edivardo Toscano, localizado em Guarabira-PB, escola modelo da cidade no que se refere a educação especial e inclusiva, e contou com a colaboração da coordenadora pedagógica da Instituição, que foi breve e sucinta em suas respostas, contribuindo assim para o bom desenvolvimento deste trabalho.

Com o total de 8 alunos surdos matriculados nesta instituição, onde todos frequentavam regularmente a sala do AEE, a coordenadora ao ser questionada sobre como acontecia o trabalho feito com estes alunos na referida sala, informou que nela existe uma profissional da área, que é professora de Libras e que atua em conjunto com a professora titular que possuía graduação em História e especialização em psicopedagogia.

Analisando a formação do profissional que atuava na sala do AEE podemos perceber o que argumenta, a Política Nacional de Educação Especial:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (BRASIL, 2008, p. 13)

Nesse contexto, percebemos que é necessário que o profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado esteja bem qualificado para exercer tal função e deve sempre estar em busca de novos aprendizados a fim de enriquecer seus conhecimentos e sua prática, tornando-a mais efetiva e significativa para a vida educacional de seus alunos, oportunizando contribuições importantes para esse processo de aprendizagem.

A entrevistada quando questionada sobre outros profissionais que auxiliavam a escola e que podiam colaborar para o aprendizado de seus alunos, ela responde que também fazia parte da equipe escolar uma psicóloga e também uma fonoaudióloga que contribuíam no processo de ensino e inclusão dos alunos, não somente os surdos, como também alunos com outras deficiências inseridos no AEE, e toda a comunidade escolar.

A intervenção de outros profissionais como apoio no Atendimento Educacional Especializado está assegurada por lei em suas diretrizes operacionais no Art. 10º da

Resolução CNE/CEB nº 4/2009 quando fala da oferta do AEE e sua organização, prevista pelo Projeto Político Pedagógico da escola, vejamos:

- I – salas de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III – cronograma de atendimento dos alunos;
- IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V – professores para o exercício da docência do AEE;
- VI – profissionais da educação: tradutores e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. (BRASIL, 2009, p. 2)

A coordenadora pedagógica também descreveu como se dava o ensino do aluno surdo na sala regular “Os alunos tem, em cada sala, uma intérprete de Libras e os professores buscam adaptar algumas atividades (quando necessário)”. Diante disto compreendemos que a escola procurou seguir orientações legislativas em suas práticas educativas, vejamos o que diz a Política Nacional de Educação especial na perspectiva inclusiva:

Para o ingresso dos estudantes surdos nas escolas comuns, a educação bilíngüe – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para estudantes surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais estudantes da escola. (BRASIL, 2007, p.12)

Por fim, foi perguntado sobre o processo de inclusão nesta escola e se em sua opinião a mesma estava preparada para tal inclusão “O processo de inclusão vem tomando forma desde a fundação desta escola através da preparação dos professores, com formações e planejamentos direcionados, através também da preparação da comunidade escolar, conscientizando-os e informando-os, mas apesar de todos os esforços ainda temos muito que crescer, a cada dia surge uma dúvida diferente, um avanço novo, um aluno com uma deficiência distinta da que estamos habituados, além de tudo isso ainda lutamos para o processo de conscientização dos estudantes, isso é feito diariamente. Posso dizer necessitamos de mais formação para os educadores, pois só munidos do conhecimento serão capazes de educar para uma educação, de fato, inclusiva.”.

Percebemos diante do discurso da coordenadora entrevistada, que a inclusão é um processo desafiador para a escola e que sua preparação para receber e incluir alunos com deficiência é bastante relativa, pois torna-se uma condição mutável, que necessita sempre de aperfeiçoamento e busca de novos saberes, mas para que isso aconteça a escola deve estar disposta para novos caminhos e usar de diferentes olhares para tal situação.

Diante dos questionamentos feitos à coordenadora pedagógica da escola, podemos compreender o trabalho desenvolvido com o aluno surdo na sala de AEE e todo esse processo educativo inclusivo. O Centro Educacional Edivardo Toscano procurou proporcionar à seus alunos surdos a efetivação de um sistema de ensino voltado para os mesmos, com o intuito de incluir e favorecer uma educação de qualidade, com condições de acesso e atendendo às peculiaridades de seus estudantes, articulando assim o desenvolvimento das atividades escolares e superando desafios vivenciados no ensino voltado ao surdo.

7. CONCLUSÃO

Constatamos, neste estudo, que por mais que o aluno surdo enfrente diariamente dificuldades em sua vida social e também na escola, seja por discriminação ou não aceitação de sua diferença, e ainda que haja uma significativa evolução e melhores condições educacionais para os mesmos, esta educação ainda enfrenta muitas barreiras, sejam elas voltadas exclusivamente para a sala de aula, como prática docente e formação, como também para gestão escolar ou para as iniciativas do poder público, como as ações de políticas públicas.

Assim, diante da questão norteadora desta pesquisa, podemos concluir que a escola vem tentando fazer acontecer a inclusão do surdo, mas ainda não estava totalmente preparada para esta inclusão, seja do surdo ou de pessoas com outra deficiência, embora viessem tentando se adaptar, ainda há entraves para a efetivação dessa inclusão, e caso ela não viesse a seguir orientações legislativas com compromisso, essa efetivação se tornará comprometida. Percebemos isto a partir do trabalho desenvolvido com os surdos na sala de AEE, a escola citada buscou contribuir no processo de aprendizagem de seus alunos surdos.

Ao finalizar este trabalho esperamos que o mesmo possa abrir novos horizontes e novas pesquisas no meio acadêmico. Que seja de grande auxílio para o desenvolvimento de novos estudos voltados para o atendimento do surdo na sala de AEE.

Esperamos que esta pesquisa desperte nas escolas um maior interesse pela educação dos surdos de qualidade, e que proporcione cada vez mais um melhor Atendimento voltado ao público surdo, sendo assim uma escola inclusiva com profissionais preparados e com a existência de políticas públicas adequadas, a exemplo o AEE.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva.** Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em: 24 de jul. de 2017.

____BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de Outubro de 2009.** Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 24 de jul. de 2017.

____BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em:
 <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 01 de jul. de 2017.

____BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 23 de Jul. de 2017.

____BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva.** Disponível em:
 <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em: 22 de jul. de 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

____Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado para Pessoa com Surdez.** SEESP/SEED/MEC. Brasília/DF, 2007.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LAVRES, José Manuel da Costa. **Avaliação para as aprendizagens dos alunos com Necessidades Educativas Especiais do 1º Ciclo numa Escola Pública: Reflexões sobre a Inclusão.** Dissertação. Mestrado em Ciências de Educação (Área de Especialização em Avaliação em Educação). Universidade de Lisboa Instituto de Educação. Lisboa, 2013.

OLIZAROSKI, Iara Mikal Holland. **Trajetória Histórica do Sujeito Surdo e Reflexões sobre as Políticas Públicas que Regem a Educação do Surdo no Brasil.** In: XI Jornada do HISTEDBR - A Pedagogia Histórico-Crítica, a Educação Brasileira e os Desafios da sua Institucionalização, 2013, Cascavel.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SANTOS, Hermínio Tavares Sousa dos. **Diferença, Surdez e Educação**. Disponível em: < <http://artificios.ufpa.br/Artigos/D%20Herminio%205.pdf> > Acesso em: 28 mai. 2017.

SILVA, E.L.DA; MENEZES. E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis, 2005.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação bilíngue para surdos**: concepções e implicações práticas. 1° ed. (2010) 2 reimpressão – (2012) Curitiba: Editora Jurui, 2012.

STROBEL, K.L. **História da Educação dos Surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

ANEXO



A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA SALA DE AEE

QUESTIONÁRIO

ESCOLA: Centro Educacional Edivaldo Joséano

ENTREVISTADO: Luciene Barros (Coordenadora Pedagógica)

- Quantos alunos surdos estão matriculados nesta instituição?

8

- Dos alunos surdos matriculados, quantos são frequentantes?

Todos

- Eles tem acesso à sala de Aee?

Sim

- Como se dá o trabalho feito com os mesmos nesta sala?

Na sala existe uma profissional da área (Professora de Libras) que atende aos educandos junto com a professora titular.

- Qual a formação do profissional que atua nesta sala?

Licenciatura em História e especialização em psicopedagogia.

- Quais outros profissionais o auxiliam na escola?

Professora de Libras, psicóloga, fonoaudióloga

- Como se dá o ensino dos mesmos na sala regular?

Os alunos tem, em cada sala, uma intérprete e os professores buscam adaptar algumas atividades (quando necessário)

- Como se dá o processo de inclusão nesta escola? Em sua opinião, ela está devidamente preparada para tal?

O processo de inclusão vem tomando forma desde a fundação desta escola através da preparação dos professores, com formações e planejamentos direcionados, através também da preparação da comunidade escolar, conscientizando-os e informando-os, mas apesar de todos os esforços ainda temos muito o que crescer, a cada dia surge uma dúvida diferente, um aluno novo, um aluno com uma deficiência distinta da que estamos acostumados, além de tudo isso ainda lutamos para o processo de conscientização dos estudantes, ~~para~~ tanto isso é feito diariamente. Posso dizer que necessitamos de mais formação para os educadores, pois só munidos de conhecimento serão capazes de educar para uma Educação, de fato, inclusiva.